

CONFERÊNCIAS “DEMOCRÁTICAS” E “POPULARES”: O REPUBLICANISMO EM BRASIL E PORTUGAL NA DÉCADA DE 1870

CAMILA PEREIRA MARTINS*

No presente trabalho, como parte da análise da formação dos movimentos republicanos em Portugal e Brasil (1870-1875), analisaremos as *Conferências Populares* promovidas pelo Clube Republicano do Rio de Janeiro, em perspectiva comparativa com as *Conferências Democráticas* do Casino lisbonense, ambas realizadas em 1871. No final dos oitocentos, surgiram em Portugal e no Brasil movimentos políticos de contestação ao *status quo*, mais especificamente aos sistemas monárquicos e suas respectivas ordens. Impulsionados pela efervescência política e influenciados pelas novas escolas de pensamento, os intelectuais então engajados na defesa do republicanismo, utilizaram as formas contemporâneas de mobilização coletiva, ao promoverem conferências através das quais buscaram debater as realidades nacionais e formular projetos políticos alternativos a Monarquia.

No Brasil após a queda do Gabinete Liberal (1868) alguns progressistas e liberais fundaram o Clube Radical, o qual realizou *As Conferências Radicais do Senador Silveira da Mota* reeditando a experiência de 1849 (CARVALHO: 2007: 24). No entanto, foram Quintino Bocáiuva e Salvador de Mendonça – autores do Manifesto Republicano – os responsáveis por transformar as “conferências radicais” de Saldanha Marinho e Cristiano Ottoni em atos públicos que atingiam para além da elite política imperial, os não cidadãos do Império, como as mulheres (ALONSO, 2002: 109).

Em 1870 o Clube Radical se transformou no Clube Republicano, e seus membros reeditaram algumas das práticas políticas consagradas pelo radicalismo. Neste sentido, é importante notar que as *Conferências Populares*, ao mesmo tempo que se constituíram como continuação das conferências radicais, foram também, assim como o próprio Clube Republicano, uma ruptura com o Clube Radical, como podemos observar nas páginas do jornal *A República*, que de um lado, elogia a iniciativa dos radicais, e de outro, crítica o conteúdo de suas proposições:

* Mestranda em História pela UFJF, bolsista CAPES.

Aplaudimos o Sr. Silveira da Motta desde a iniciação das suas conferências radicais, mas sentimo-nos livres para negar-lhe o nosso assenso às conclusões a que chegou, declarando não ir até a mudança das instituições que nos regem por acreditar ser possível a prática da monarquia constitucional no Brasil (A REPÚBLICA, 1871).

Notamos assim, que as conferências no Rio de Janeiro já tinham se tornado uma prática política consagrada, o que levou o Clube Republicano a incorporá-las nas suas atividades propagandísticas, sendo publicados resumos e notícias de sete delas nas páginas do jornal *A República*, órgão do Clube. A importância concedida a elas pode ser notada também pela reprodução de conferências feitas em outros países, onde podemos observar alguns dos ideólogos preferidos dos redatores do jornal¹, bem como alguns dos temas que lhes eram caros.

Em Portugal as conferências não foram promovidas por um grupo formalmente organizado em torno de um clube e/ou partido, os seus promotores eram antigos estudantes da Universidade de Coimbra envolvidos na *Questão Coimbrã* (1865), que agora se reuniam em Lisboa em torno de um grupo chamado de Cenáculo². Comumente, a *Questão Coimbrã* é apresentada como o momento que assinala o início da afirmação de uma nova geração. No entanto, a querela de 1865-1866 teve motivações predominantemente estéticas, baseadas nas discussões sobre a função da literatura (CATROGA, 1997:570). Antero então reivindicava que a literatura teria que ser a porta-voz dos imperativos da história, ou seja, deveria estar ao serviço da revolução (CATROGA, 1996:87). Porém, foram as “Conferências Democráticas do Casino”, que imortalizaram os intelectuais envolvidos e fizeram deles os introdutores da modernidade em Portugal (BONIFÁCIO, 2002: 88).

A partir das *Conferências Democráticas* do Casino lisboense as reivindicações dos intelectuais portugueses passaram a ter um caráter mais político e reivindicatório, como anunciaram no programa das conferências³, quando expuseram seus objetivos,

¹ Entre os mais citados vemos Júlio Simon, Ernesto Legouvé, Júlio Favre, James Mazes, Édouard Laboulaye e Emílio Castelar que tem destaque especial com a reprodução de suas cartas na seção editorial.

² Cenáculo é o nome atribuído ao grupo que reunia Antero de Quental, Oliveira Martins, Batalha Reis, Ramalho Ortigão, Augusto Fuschini, José Tedeschi, Alberto Teles, António Machado, entre outros. Jaime Batalha Reis ao falar sobre a casa de São Pedro de Alcântara onde se reuniam afirma que a alcunha Cenáculo fora atribuída a eles em referência a Boémia literária francesa de 1830, da qual eles seriam uma imitação. Porém, o grupo em si não se compreendia como um Cenáculo, nem tinha a pretensão de ser uma escola ou centro de filosofia e arte. A declaração de Batalha Reis encontra publicada na obra MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

³ Assinaram o programa Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiros, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jayme Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saraga e Teófilo Braga, alguns dos principais intelectuais da *Geração de 1870* portuguesa, sendo que dois deles posteriormente vieram a tornar-se presidentes da República. Teófilo Braga presidiu o Governo Provisório da República Portuguesa após a Revolução de 1910. Manuel

que eram: “Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos” (SALGADO JUNIOR, 1930:20). E o movimento do século era a *Revolução*, onde para eles Portugal deveria tomar seu lugar, após estudar todas as ideias e correntes da época. Em suma, estava em questão agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna, atrair a atenção do país para o que se passava na Europa – ou seja, a Revolução Espanhola (1868) e, sobretudo a Comuna de Paris (1871) – e estudar as condições de transformação política, econômica e religiosa na sociedade portuguesa (CATROGA, 1996:88).

No Brasil as *Conferências Populares* tinham o propósito de “Ilustrar o povo sobre os seus direitos e sobre todos os assuntos que possam interessá-los” (CONFERÊNCIAS, 1871a). E adotavam a fórmula das conferências por entenderem que em uma sociedade em que não havia uma instrução generalizada, a propaganda deveria ser feita pela palavra oral, a qual criaria ao lado da tribuna parlamentar “a tribuna popular, o parlamento do povo”, onde se daria o debate público das teses políticas, científicas e literárias.

Releitura da “história oficial”

Para começar o debate público os conferentes entenderam que seria essencial analisar a história, não apenas a história pátria como também a universal em que ela se inscrevia. Para Antero esta importância se devia ao fato de que a história perpetua-se no presente “em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições, que a representam na nossa sociedade, e a tornam de algum modo atual” (QUENTAL, 2010:7). Se Antero se preocupava em procurar no passado o diagnóstico do presente, do lado de cá do Atlântico, Salvador de Mendonça atentava-se para o caráter eminentemente político que certa leitura sobre o Império brasileiro poderia ter, pois “Uma das armas de que lança mão o despotismo é a história oficial” (CONFERÊNCIAS, 1871e).

Salvador de Mendonça, tendo em vista referenciar acontecimentos históricos para comprovar a necessidade da mudança da forma de governo, contou a história desde o Marques de Pombal até a morte de D. João VI, reforçando os elementos despóticos e arbitrários dos governos, ao associar a ideia de monarquia a de despotismo (CONFERÊNCIAS, 1871e). Em momento posterior, o republicano, tendo por assunto *A dinastia perante a história – Pedro I*, reatou o fio da sua conferência anterior, ao

de Arriaga foi o primeiro presidente eleito em 1911, sendo obrigado a demitir-se em 1915, quando Teófilo assumiu a Presidência da República completando o mandato precedente.

estudar a sociedade brasileira depois do estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Para ele a família imperial padecia de vícios insanáveis, a “rainha louca”, o “príncipe regente incapaz”, “Carlota messalina”, e “D. Pedro, impetuoso e audaz, aventureiro e altivo, franco até a imprudência e rude até a brutalidade” (CONFERÊNCIAS, 1871f). Em sua visão D. Pedro I fora um déspota que sempre desejou manter a integridade dos domínios da coroa portuguesa, sendo o grito do Ipiranga uma “farsa” e a carta constitucional “ilegítima”.

Em Portugal esta visão histórica foi expandida. Antero de Quental ao analisar *A decadência da península nos três últimos séculos* ampliou o espectro de observação para todos os domínios ibéricos, abarcando tanto o Império português quanto o espanhol, e recuou no tempo até o Renascimento. Para Antero tendo-se elevado na Idade Média e na Renascença ao apogeu de sua grandeza, a Península desceu a depressão moral e social após a morte de D. Sebastião. Depressão causada por três fenómenos: a transformação do catolicismo pelo concílio de Trento, o estabelecimento do absolutismo pela ruína das liberdades locais e o desenvolvimento das conquistas longínquas (SALGADO JUNIOR, 1930:32). Portugal não teria acompanhado o espírito moderno que era “a *liberdade* moral, conquistada pela Reforma ou pela filosofia”, “a elevação da *classe média*” e a “*indústria*” (QUENTAL, 2010:20).

A conferência proferida por Antero foi assistida por 400 pessoas e gerou grande repercussão na imprensa portuguesa, sobretudo, a conservadora, representada pelo jornal *Nação*. O próprio *Diário de Notícias*, que reproduzia as conferências, se recusou a relatar a parte que o conferencista se referia ao catolicismo do Concílio de Trento, alegando que como não era seu costume discutir as ideias ou doutrinas, não iria reproduzir os ataques feitos ao clero com os quais não concordava (BOLETIM, 1871b). Não surpreende, portanto, que Antero tenha publicado no mesmo ano a conferência em forma de opúsculo, intitulado *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (QUENTAL, 2010), onde podemos observar com maior clareza a ideia defendida pelo autor, sobretudo a mais polêmica, a condenação do catolicismo.

Ao criticar a Igreja, Antero operava com a separação entre o sentimento cristão e a instituição católica, para ele o cristianismo poderia existir fora do catolicismo. A institucionalização do sentimento cristão na Igreja Católica teria sido promovida pelo Concílio de Trento, enquanto as demais nações, em consonância com o espírito moderno, vivenciavam a Reforma, à “revolução religiosa do século XVI”, Portugal e Espanha castraram o carácter criativo da religiosidade dos povos ibéricos, prejudicando o próprio espírito de nacionalidade, ao se submeterem ao despotismo de Roma. Para ele o

catolicismo levou a península, sobretudo dois males, a Inquisição e o Jesuitismo. A Inquisição teria causado a expulsão dos judeus e mouros, paralisando o comércio e a indústria, pois a perseguição aos cristãos-novos fez desaparecer os capitais. Já o jesuitismo teria levado a implantação de métodos de ensino que esterilizaram as inteligências (QUENTAL, 2010:21-29).

Ao analisar o discurso de Antero temos que ter em vista a nova institucionalização pela qual a *Igreja Católica* passava e a questão da religião de Estado. Desde 1848 com o objetivo de recuperar a sua influência, a Igreja reativou as ordens religiosas e impulsionou o ‘imperialismo papal’ com a proclamação do dogma da infabilidade do Papa (1870). Em Portugal, as ordens religiosas foram extintas e seus bens nacionalizados, mas não concebera-se um Estado laico. O artigo 6º da Carta consagrava a religião católica como religião oficial, limitando a liberdade de culto, além de deixar sobre a responsabilidade da Igreja a educação infantil. Tudo isto, desde a questão das irmãs de caridade (1858-1862)⁴, começou a ser denunciado pelos radicalismos como conspiração reacionária (BONIFÁCIO, 2002: 66-71).

Neste contexto, os jornais católicos não poderiam deixar de responder as acusações feitas por Antero à Igreja. *A Nação* argumentou que Portugal evitou “as sanguinolentas guerras da religião” que recaíram nos países afetados pela Reforma e abriu “ao mundo as portas do Oriente”, sendo, portanto inverossímil falar de decadência nos últimos três séculos, pois essa só havia chegado em Portugal com a democracia, que tudo destrói e nada conserva (MEDINA, 1984:98). Por fim, o jornal rejeitava a separação entre catolicismo e cristianismo, e a “pretensão de cristão sem igreja” e de “cristianismo sem dogma”, pois a religião teria sido sempre a mesma (MEDINA, 1984:117).

Antero então respondeu aos jornais católicos se dizendo mais cristão do que o papa, pois compreenderia melhor que ele o sentimento cristão (MEDINA, 1984:116). Quanto as conquistas, afirmou que o problema não eram elas em si, mas sim a forma como se deram, pois “fazer conquistas e viver à custa delas, esmagando os povos conquistados, em vez de transformar as conquistas em colônias, e os vencidos em cidadãos, é simplesmente arvorar o roubo em sistema de política nacional, e é o que nós fizemos” (MEDINA, 1984:112).

⁴ A questão das irmãs de caridade se refere a chegada de cinco missionárias francesas em 1857 em Portugal. O radicalismo viu nisso uma reação ultramontana e a pretexto dela se travou durante quatro anos um ataque sistemático contra a Igreja e a própria religião.

Com as declarações de Antero ganharam vulto em Portugal o anticlericalismo e a retórica decadentista, que passaram a ser marcas do republicanismo. A partir das Conferências do Casino o anticlericalismo se tornou uma forma corrente dominante de pressão política (BONIFÁCIO, 2002:91.) e a retórica decadentista *fin-de-siècle*, que surgiu em Portugal ainda no início do século XIX nos escritos de Alexandre Herculano, passou a ser identificada com a dinastia de Bragança. A afirmação ideológica do movimento republicano exigia uma legitimação ancorada na história portuguesa, para que se repelisse a acusação de ‘estrangeirados’ (CATROGA, 1996:111). Deste modo, os republicanos atribuíram a monarquia o atraso de Portugal, vislumbrando o seu fim inevitável, que seria a sua substituição pela República.

O movimento republicano brasileiro incorporou a retórica decadentista da geração de 1870 portuguesa. Não foi sem propósito que a conferência de Antero fora publicada também nas páginas do jornal *A República* no Brasil (CONFERÊNCIAS, 1971d). As teses gerais da política científica europeias passaram por uma verdadeira mediação antes de serem aplicadas à realidade nacional. Antero de Quental, Teófilo Braga e Oliveira Martins, intelectuais portugueses, lidos e referenciados por republicanos brasileiros, acabaram por ajudar a particularizar o diagnóstico dos problemas de nossa sociedade, ao enfatizarem o processo de colonização pela perspectiva decadentista e projetarem que o progresso da sociedade portuguesa ocorreria através da europeização da Ibéria (ALONSO, 2002:173-174).

Democratização do Estado e da sociedade

A releitura da história feita pelos republicanos estava baseada em uma profunda crítica ao Estado monárquico e suas dificuldades de democratizar-se, o que para muitos demonstrava a impossibilidade de existir uma Monarquia democrática. O projeto do radicalismo que era, sobretudo, republicanizar a monarquia é em grande medida abandonada por alguns intelectuais em prol da República em si, o único regime que para eles seria capaz de garantir a democracia. Mas qual era a República desejada por eles? Tanto em Portugal como no Brasil a república é um substantivo que vem acompanhado de qualificantes. Vejamos quais.

Os jovens intelectuais e poetas portugueses reunidos em torno do Cenáculo eram um grupo heterogêneo que não estava organizado nem na forma de clube, muito menos na de partido. A então conhecida como “Geração Nova” e, posteriormente “Geração de

70”⁵ tinha um programa e não uma doutrina. Antero foi o responsável por forjar a coesão momentânea em torno das *Conferências Democráticas*, coesão que ele se propunha a concretizar com o *Programa dos Trabalhos para a Geração Nova*, mas que ficou por se realizar (SIMÕES s.d.:68). Desta forma, não podemos afirmar que os demais conferentes compartilhavam a visão histórica de Antero expressa em *As Causas da Decadência dos povos peninsulares* e menos ainda podemos ter certeza sobre a comunhão ou não do seu projeto político. Mas qual era o projeto do poeta das *Odes Modernas*?

Quental tinha como projeto político a República Social Federativa. Embebido de leituras de Proudhon e mesmo tendo algumas leituras de Marx, defendia a preparação dos povos através do estudo e da ilustração para a democracia, que seria a síntese de toda a filosofia moderna encarnada na República e no Socialismo (BOLETIM, 1871). Antero opunha à monarquia centralizada a federação republicana e à inércia industrial a iniciativa do trabalho livre organizado de forma a estabelecer a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertenceria o futuro (SALGADO JUNIOR, 1930:36).

Este ideal não veio apenas de suas leituras, mas, também do contato com I Internacional dos Trabalhadores. É ainda no Cenáculo, durante as Conferências do Casino, que se reuniram pela primeira vez os três espanhóis animadores da secreta Aliança da Democracia Socialista – isto é, o núcleo bakuninista da AIT – com Antero de Quental e Batalha Reis, com vistas a lançar a semente do internacionalismo proletário em Portugal, colocando a questão de luta de classes e da emancipação operária para além da questão republicana (MEDINA, 1984:28).

No Brasil, até então o socialismo não era discutido, nem ao mesmo nos debates republicanos. Quintino ao dissertar sobre a liberdade demonstrou salutar preocupação em diferenciar o republicanismo brasileiro, que lutaria pela mudança do regime político, da Comuna de Paris, vista como anárquica, como uma luta de classes odiosa (CONFERÊNCIAS, 1871c). Argumentava que a liberdade era o fundamento da democracia, e essência da República Federativa, pois “A federação é a fórmula do

⁵ Sobre a “Geração de 70 portuguesa” ver MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. S.l.: Edição Instituto de Cultura Portuguesa, 1977. O autor adota o conceito de “geração” na acepção de criação de ideias e de obras em que essas ideias se refletem por um determinado número de intelectuais num momento de confluência de tendências culturais. Outro trabalho sobre o tema é SIMÕES, João Gaspar. *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*. Lisboa: Editorial Inquérito LDA, s.d. Onde o autor admite que o marco é meramente convencional, sendo que a única coisa que justifica o designativo era que nessa década ocorreram os fatos que consagraram esta plêiade de intelectuais portugueses.

futuro e a República a sua expressão no governo dos Estados” (CONFERÊNCIAS, 1871b).

No entanto, é importante notar que questões de cunho econômico também ganharam relevo nas conferências brasileiras. Miguel Vieira Ferreira escolheu abordar a questão da economia política, e salientou que a mudança econômica assim como a mudança de regime causaria transtornos, mas que ela seria imprescindível a evolução. Relacionou a liberdade com a república federativa, a liberdade que seria essencial a todas as manifestações humanas, como o comércio, as atividades bancárias e creditícias (CONFERÊNCIAS, 1871g). Assim, temos a defesa da República Federativa, pelo ponto de vista econômico.

Lembremos que estávamos em plena discussão da “Lei do Ventre Livre”, e que o tema da escravidão não havia sido registrado no “Manifesto Republicano”, o que nos leva a crer que este era um tema sobre o qual não havia consenso em absoluto entre os republicanos. Ao levantar o assunto, o orador salientou que o trabalho é o mais importante elemento da riqueza, e que o Brasil encontrava-se agrilhoado, pois não era um país habitado por um povo livre. E defendeu como solução que se concedesse aos escravos a plena igualdade social, mas sem lesar a propriedade alheia, quer dos ricos por um golpe de Estado, quer dos pobres através da indenização paga com os impostos arrecadados. Cada escravo deveria pagar sua própria liberdade através de um dinheiro que lhe seria emprestado, cabendo ao Estado apenas fiscalizar para que os contratos fossem cumpridos (CONFERÊNCIAS, 1871h). Surgiram outras propostas sobre o a questão do elemento servil nas páginas do jornal *A República*, para o qual vários republicanos enviaram suas contribuições, as quais foram publicadas em artigos não editoriais. Assim, o Clube Republicano abria espaço para a discussão, mas não tomava nenhuma posição oficial a respeito.

Assuntos diversos

Outro tema que apareceu nas conferências de ambos os países foi à educação. No Casino lisbonense Adolfo Coelho falou sobre a questão do ensino, e no Teatro Fênix, Júlio Cesar de Freitas Coutinho abordou a instrução pública. Adolpho Coelho dissertou sobre a necessidade do ensino; a finalidade do ensino; as formas do ensino; e a sua organização em Portugal. Para o orador as formas principais do ensino eram: a arte, a religião e a ciência, pois o ensino deveria explicar todos os ramos de conhecimentos humanos (FOLHETIM:1871). Além disso, julgou como desperdício injustificável as somas despendidas com a instrução pública, tendo em vista que elas não contribuam

para o progresso e prosperidade nacional, e concluiu por aconselhar o ensino particular científico que para ele traria a tão necessária reforma radical do ensino público no País (FRANÇA, 1973:24). A conferência de Freitas Coutinho é a única que não dispõe de publicação nas páginas do jornal *A República*, por isto, fica-nos faltando uma comparação dela com a de Adolfo Coelho.

Outro tema que fica nos faltando comparar é a questão literária, tão discutida em Portugal e que no Brasil ficou a margem das discussões. No Casino lisboense Augusto Soromenho falou sobre a literatura portuguesa, defendendo uma reforma literária. Observou que Portugal não tinha uma literatura própria, criadora, e original, sendo a única exceção Luís Vaz de Camões (ASSUMPTOS, 1871a). Eça de Queiroz, no entanto, nos traz outra perspectiva ao tratar da arte moderna. Para o orador a arte estaria ligada a todos os movimentos sociais, determinada por causas permanentes e históricas, e a arte de seu tempo estaria em oposição com o espírito do tempo; que seria a revolução. A arte deveria corrigir e ensinar, não ser apenas destinada a causar impressões passageiras a dar-se unicamente ao prazer dos sentidos; deveria visar a um fim moral, e por isto o realismo seria a melhor forma de expressão literária (ASSUMPTOS, 1871b).

Assim, vemos dois pontos de vista opostos, teorias literárias contrárias, uma requerendo a universalidade do gosto e a independência da criação em face da sociedade, outra relativista quanto a gosto e a criação (SALGADO JUNIOR, 1930:136-134). Soromenho discípulo de Herculano, exaltava o romantismo de Chateaubriand. Eça defendia o realismo de Flaubert – de coloração ideológica proudhoniana –, onde aprofundava-se o sentido da militância e aperfeiçoavam-se as estratégias literárias que o deviam servir, de acordo com uma concepção empenhada do fenómeno literário (REIS, 1990:49). Em suma, a contestação da estética ultrarromântica, feita por Eça em nome da revolução, pressupunha uma estratégia de ataque mais global aos valores em que assentavam o regime monárquico-constitucional e os padrões morais dos seus grupos dirigentes, padrões defendidos por Soromenho (CATROGA, 1996:87).

Em Conclusão...

Vista como uma tendência histórica mundial, a ideia republicana se constituiu como um fenómeno internacional. Na América e na Europa, no Brasil e em Portugal, o movimento republicano caracterizou-se como uma reação às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional (ALONSO, 2002:183). Era um grande movimento que se caracterizava por ninguém pedir nada ao passado e verem no presente uma época

de transição para um futuro harmonioso de progresso fatal e necessário das sociedades. Desta forma, propuseram-se as *Conferências Populares* e as *Conferências Democráticas* para discutir-se essas ideias aceitando-as como os princípios mais avançados.

Em Portugal essa discussão abrangeu tudo o que respeitasse à política, à ciência social, aos costumes, à moral, à literatura, à arte, tendo como essência a revolução no que esta ideia tinha de mais largo (SALGADO JUNIOR, 1930:26-28). No Brasil, evita-se a palavra *revolução* e todos os seus derivantes, procurando não assustar os ânimos mais conservadores. Evita-se mesmo proclamar a todos os ventos a *república*. Os debates ficam mais centrados na *democracia* e na *federação*, bandeiras que suscitavam maior simpatia do público.

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

A REPÚBLICA. Rio de Janeiro, p.1, 7 de março de 1871.

ASSUMPTOS do dia. *Diário de Notícias*. Lisboa, p.1, 7 de junho de 1871a.

_____. *Diário de Notícias*. Lisboa, p.2, 15 de junho de 1871b.

BOLETIM Parlamentar. *Diário de Notícias*. Lisboa, p.2, 23 de maio de 1871a.

_____. *Diário de Notícias*. Lisboa, p.2, 31 de maio de 1871b.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *As Conferências Radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CATROFA, Fernando. *Positivistas e republicanos*. TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, s.l., Círculo de Leitores, 1996. PP. 87-115.

CATROGA, Fernando. *Os caminhos polémicos da “geração de nova”*. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 4 v.

CONFERÊNCIAS Populares. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 13 de abril de 1871a.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 20 de abril de 1871b.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 1º de junho de 1871c.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 31 de agosto de 1871d.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 27 de abril de 1871e.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 20 de maio de 1871f.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 25 de maio de 1871g.

_____. *A República*. Rio de Janeiro, p.1, 6 de junho de 1871h.

FRANÇA, José Augusto. As “Conferências do Casino” no Parlamento. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

FOLHETIM do Diário de Notícias. *Diário de Notícias*. Lisboa, p.1, 21 de junho de 1871.

MEDINA, João. As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

QUENTAL, Antero de. Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2010.

REIS, Carlos. As Conferências do Casino. Lisboa: Beta Projectos Editoriais, 1990.

SALGADO JUNIOR, António. História das Conferências do Casino. Lisboa: Composto Impresso na Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.

SIMÕES, João Gaspar. A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história. Lisboa: Editorial Inquérito LDA, s.d.